# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

#### PROJETO DE LEI Nº 4.744, DE 2005

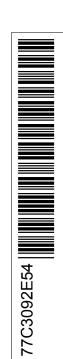
Altera o art. 6º da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, que autoriza o Poder Executivo a transformar a autarquia Casa da Moeda em empresa pública.

**Autor: PODER EXECUTIVO** 

Relator: Deputado MAURÍCIO RANDS

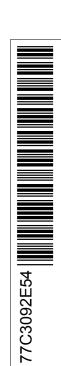
### I - RELATÓRIO

- 1. Em exame o Projeto de Lei nº 4.744, de 2005, de autoria do Poder Executivo, que tem por objeto alterar o art. 6º da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, que autoriza a transformação da Casa da Moeda do Brasil, autarquia federal, em empresa pública, passando a contar com quatro diretores sem designação específica, nomeados pelo Presidente da República.
- 2. A Exposição de Motivos esclarece que a razão da proposta é elevar o número de diretores de três para quatro, para possibilitar a criação de uma Diretoria Comercial, a fim de desenvolver política comercial atuante para a empresa, com foco em novos mercados e clientes.
- **3.** O projeto foi apreciado, quanto ao mérito, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que concluiu pela sua aprovação, com **Substitutivo** que incluiu ainda, expressamente, entre as finalidades da Casa da Moeda, a **impressão de passaportes**, como já feito atualmente.



#### II - VOTO DO RELATOR

- 1. Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa de projetos, emendas e substitutivos submetidos à Câmara e suas Comissões, a teor do art. 32,. IV, alínea a, do Regimento Interno.
- 2. A matéria em apreço é da competência privativa da União, por tratar-se da disciplina de suas próprias empresas públicas, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção Presidencial (art. 48 da CF), sendo a iniciativa exclusiva do Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, II, a, da Constituição Federal.
- **3.** A proposição observa os requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Lei Maior.
- **4.** Quanto ao **Substitutivo** aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, padece de vício de iniciativa, sendo, por isso, **inconstitucional**, ao atribuir, em projeto de iniciativa do Poder Executivo, competência a empresa pública não referida no projeto original. Em face disso, despiciendo pronunciar-se acerca da juridicidade e da técnica legislativa a ele relativas.
- **5.** No que tange à **juridicidade**, o projeto original harmoniza-se com o ordenamento jurídico vigente.
- **6.** Quanto à **técnica legislativa**, não há qualquer óbice ao texto do projeto original, não apresentando senões, estando de acordo com as normas impostas pela **Lei Complementar nº 95**, de 26 de fevereiro de 1998, alterada, pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.
  - 7. Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade,



juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.744, de 2005, e pela inconstitucionalidade do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Sala da Comissão, em de de 2006.

## **Deputado MAURÍCIO RANDS**

Relator

2006\_9539\_Maurício Rands

